

A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA “A VOZ DO BRASIL” NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA DE MOMENTOS HISTÓRICOS NA HISTÓRIA RECENTE BRASILEIRA

Antônia Beatriz Lima Martins (IC) e André Cioli Taborda Santoro (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

Desde que chegou ao país, o rádio desempenha um importante papel na sociedade brasileira. Em sua época áurea, que se deu na década de 1940, o programa mais ouvido do país era “A Hora do Brasil”. Para sobreviver à popularização de meios de comunicação mais modernos, como a televisão e a internet, passou por diversas transformações. Essas mudanças afetaram desde sua programação até seu nome, que em 1962 foi alterado para “A Voz do Brasil”. Mesmo assim, ainda é responsável pela disseminação de um grande volume de informações. Por meio de levantamento bibliográfico, pesquisa de acervo e análise de conteúdo, este estudo busca entender como se deu e como se dá a utilização do programa “A Voz do Brasil” na comunicação pública de momentos simbólicos na história recente brasileira, analisando os programas que foram ao ar para anunciar a aprovação do pedido de impeachment do Collor pela Câmara dos Deputados, a publicação da medida provisória que criou a Unidade Real de Valor no Diário Oficial, a aprovação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados e a posse do atual presidente Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: Radiojornalismo, Rádio Pública, Política Brasileira, A Voz do Brasil

ABSTRACT

Since it's arriving in the country, radio plays an important role in Brazilian society. In its golden age, which took place in the 1940s, the most popular program in the country was "A Hora do Brasil". In order to survive the popularization of more modern media, such as television and the Internet, it underwent several changes, which affected from its programming to its name, which in 1971 was changed to “A Voz do Brasil”. Even so, it is still responsible for the dissemination of a large volume of information. Through bibliographic survey, collection research and content analysis, this study seeks to understand how the “Voice of Brazil” program was used in the public communication of symbolic moments in recent Brazilian history, analyzing the programs that aired to announce the approval of Collor's impeachment request by the House of Representatives, the publication of the provisional measure that created the Royal Unit of Value in the Official Gazette, the approval of Dilma Rousseff's impeachment request by the House of Representatives and the inauguration of President-elect Jair Bolsonaro.

Keywords: Radiojournalism, Public Radio, Brazilian Politics, A Voz do Brasil

1. INTRODUÇÃO

Em um país cada vez mais informatizado e polarizado politicamente, nunca foi tão alto o índice de notícias falsas que se espalham. Portanto, é essencial que todo brasileiro tenha acesso a pelo menos uma fonte confiável de notícias. Durante grande parte do século passado o rádio era o meio de comunicação mais popular no país, e ainda hoje ele preserva sua relevância por conta do grande número de pessoas que alcança, pelo preço acessível, por não depender de energia elétrica para funcionar e pelo fato de não requerer público alfabetizado para replicar a informação.

Apesar de a programação radiofônica ter sofrido grandes mudanças com a ascendência da televisão, ela continuou tendo como um de seus carros chefe os boletins informativos. Entretanto, os canais privados dificilmente tratam de todos os assuntos políticos do dia, e assim, o brasileiro só obtém informações que a grande mídia julga relevante. Desta maneira, este artigo busca entender qual é o papel do programa “A Voz do Brasil” na comunicação pública de momentos simbólicos da história recente brasileira.

No dia sete de setembro de 1922, cem anos após a independência do Brasil, foi feita a primeira transmissão via rádio no país. Segundo Lia Azevedo (2002, p.12), “logo, os aparelhos de rádio invadiram o mercado brasileiro em diversos modelos e preços acessíveis às diversas camadas da população brasileira. As estações transmissoras se multiplicaram”.

A popularização do veículo se deu a partir da década de 1930, o ano em que Getúlio Vargas chega ao poder pela primeira vez. Dois anos depois, quando o governo regulamentou a veiculação de publicidades no rádio, o aparelho “já dava amostras de sua capacidade de mobilização política.” (AZEVEDO, 2004, p.3).

Com a inauguração da Rádio Nacional do Rio de Janeiro em 1936, sua posterior estatização e o sucesso da transmissão do programa “A Hora do Brasil”, durante uma hora as casas do país se calavam para ouvir a voz do presidente. Segundo o site da EBC (online, s/d), a Rádio Nacional foi considerada “a principal emissora da América Latina e uma das cinco mais potentes do mundo. As transmissões [...] levaram o rádio brasileiro longe e integraram as regiões mais distantes do território nacional.”

No ano de 1962 “A Hora do Brasil” teve seu nome alterado para “A Voz do Brasil”, mantido assim até os dias atuais. A mudança no nome também trouxe algumas mudanças na estrutura do programa. Segundo Matos (2001, p.28), “a mudança fez parte de uma reestruturação para desvincular o programa da imagem de Getúlio. O Congresso Nacional ganhou um espaço de dez minutos”.

Com isso, o objetivo do estudo não é julgar, mas sim dissecar e compreender a linguagem utilizada pelo programa, cujo “foco da linha editorial é a prestação de serviços ao cidadão e a divulgação das ações e programas do governo federal, além de convocar as formações de rede obrigatória, em cadeia nacional, para pronunciamento do Presidente da República, ministros e outras autoridades”, segundo a Rede Nacional de Rádio (online, s/d)

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

IMPEACHMENT FERNANDO COLLOR DE MELLO

No início da década de 1990 a sociedade brasileira ainda convivia com problemas decorrentes dos anos 1980, que por sua vez, traziam consigo questões que assolaram o país ainda sob o regime militar que regeu o país de 1964 até 1985.

A partir do início dos anos 1980 configuram uma crise de múltiplas dimensões. A visibilidade de seus aspectos econômicos, que se manifestaram por altos índices de inflação, forte endividamento externo, recessão e desemprego, obscureceu a percepção de seus componentes políticos e institucionais, cuja principal expressão é a crise do Estado (BOSCHI e DINIZ, 2016, p. 49)

Em 15 de março de 1990, assumiu a presidência do país Fernando Collor de Mello, ex-governador de Alagoas, filiado ao PRN. Foi o primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura. Ele governou o Brasil durante dois anos, tendo ficado no poder até 29 de dezembro de 1992. Esse período foi marcado por grande instabilidade econômica, herança do regime militar.

“O período que abrange da posse de Fernando Collor [...] é caracterizado pelo acirramento progressivo da crise de hegemonia burguesa iniciada em 1987 com o colapso do Plano Cruzado e o início do processo constituinte. Suas origens remontam à crise conjuntural que envolveu os dois últimos governos da Ditadura Militar e se prorrogou para os dois primeiros anos do governo da Nova República, evoluindo para uma crise. Na verdade, trata-se da crise de um padrão de acumulação capitalista centrado no Estado desenvolvimentista e baseado numa aliança político-social que tinha nas frações estatal, privada nacional e estrangeira do capital monopolista seu eixo de sustentação. (MACIEL, 2011, p.100)

Collor chegou à presidência emergindo de um cenário totalmente polarizado: ele recebeu apenas 6% votos válidos a mais do que seu adversário petista, Luiz Inácio Lula da Silva. Há alguns fatores que contribuíram para o crescimento da esquerda. Como os principais, Maciel (2011, p.100) cita a aprovação da Constituição de 1988, que “incorporou diversos direitos sociais e políticos defendidos pelas forças democráticas e pelo movimento social das classes subalternas” e a quebra de confiança no então presidente José Sarney, filiado ao PDS (um partido de direita), que havia assumido o cargo em 1985 após o falecimento de Tancredo Neves. Esse último elemento está muito relacionado ao fracasso dos planos econômicos (Cruzado I e II, Bresser e Verão) implantados por ele. Além disso, Maciel (2011,

p.100) diz que a “pluralidade de projetos políticos apresentados pelas candidaturas ligadas ao bloco no poder” permitiu o projeto democrático-popular proposto pelo PT ganhar diversos apoiadores.

Entretanto, a soma desses aspectos não foi suficiente para fazer a esquerda prosperar. Ainda de acordo com Maciel, (2011, p.100) “a união política das diversas frações burguesas em torno da candidatura de Fernando Collor foi suficiente para evitar a vitória da esquerda”. Além disso, ele tinha a seu favor um dos grandes poderes do país: a mídia. Utilizando fortes estratégias de marketing e conquistando o apoio de grandes veículos, Collor consolidou sua imagem de “Caçador de Marajás” baseando-se naquilo que a sociedade brasileira já repudiava: a corrupção. Desta forma, ficou conhecido como “homem que seria capaz de trazer estabilidade ao país, tendo como aliados os meios de comunicação, que faziam questão de omitir seu passado e construir um culto à personalidade mais forte que na época de Tancredo Neves”. (KOWALSKI; SANTOS, 2010, p. 5).

Coube à mídia a função de ‘vender’ a imagem de Fernando Collor como uma espécie de ‘messias’, destinado a acabar com todos os males do país. Com a orientação de seu amigo Marcos Antônio Coimbra, diretor do Instituto de Pesquisas Vox Popule, decidiu que era necessário aparecer o máximo possível na imprensa nacional. Deste momento em diante, foi elaborado um programa de campanha baseado em forte marketing político. Tudo foi arquitetado nos mínimos detalhes, a começar pela própria escolha cuidadosa do nome do partido que Collor concorreria às eleições. O ‘Partido da Renovação Nacional’ (PRN), em substituição ao ‘Partido da Juventude’, deveria transmitir, ao mesmo tempo, a ideia de mudança, de renovação e da restauração de uma ordem de coisas, personalizada na figura de Collor (LUZ, 2004, p. 47)

Porém a relação entre Collor e a grande imprensa começou a mudar. A mídia destruiu a imagem sólida que o então presidente consolidou na mesma velocidade em que ajudou a criá-la. Bastaram alguns boatos de denúncia de corrupção para estremecer uma parte do alicerce que Collor construía. Tudo se intensificou com uma publicação feita pela Revista Veja em maio de 1992, acusando o tesoureiro do então presidente de cobrar propina de grandes empresários, ligando o “Caçador de Marajás” diretamente aos escândalos que sempre condenou.

No 13 de maio de 1992, a revista Veja publicou um dossiê sobre as atividades de Paulo César Farias, O PC Farias, que havia sido o tesoureiro da campanha de Collor. No dossiê montado pelo irmão do presidente, Pedro Collor, foram feitas acusações de que PC era “testa de ferro” do presidente em vários negócios, atuando como intermediário, onde empresários eram obrigados a pagar propina em troca de terem seus negócios com o governo efetivados. Deste momento em diante, várias acusações foram apresentadas sobre a forte corrupção que impregnava o governo de Fernando Collor.” (LUZ, 2004, p. 48)

A investigação do caso, que estava cada vez mais próxima de provar o envolvimento de Collor à escândalos de corrupção, somada às tentativas desesperadas do presidente de

limpar sua imagem, culminaram em um grande protesto, que reuniu cerca de 500 mil pessoas que se opunham ao governo da época.

Em sinal de protesto, as pessoas foram para as ruas vestidas de preto. No dia 25 de agosto, mais de 500 mil jovens ocuparam as ruas do Brasil para protestar, rostos coloridos, sorrisos estampados, latas de Coca-Cola nas mãos. A juventude saiu às ruas em massa criticando os julgamentos intelectuais de alienado, e, com muito humor, exigia o fim da era Collor. De uma forma irreverente, sem uso de discursos políticos, a juventude usou a alegria e a música para protestar.” (LUZ, 2004, p. 50)

No primeiro dia de outubro de 1992, o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello foi instaurado no Senado, alegando que o mesmo havia cometido crimes de responsabilidade, o que enquadra o processo de destituição, segundo o artigo 85 da Constituição de 1988 e na Lei 1.079, de 1950. Já no dia seguinte, ele foi afastado do cargo. Meses depois, no dia 29 de dezembro do mesmo ano, após o início de seu julgamento no Senado, Collor renúncia, por meio de uma carta lida por seu advogado. Entretanto, por 76 votos a favor e 3 contra, ao fim da sessão, ele acabou condenado à perda do mandato e à inelegibilidade por oito anos.

PLANO REAL

A crise do petróleo em 1979 desestabilizou a economia do país, e desde então diversos economistas e políticos desenvolveram planos econômicos para aquecer a economia e controlar a inflação, que como mostra o Global Rates (online, s/d) chegou a 2.477,15% ao ano em 1993.

Em 1986 foi lançado o Plano Cruzado, idealizado pelo Ministro da Fazenda da época, Dilson Funaro. O conjunto de medidas implantadas por ele funcionaram em um primeiro momento, mas não a longo prazo, fazendo com que em 1987 o país conhecesse o Plano Bresser, em 1989, o Plano Verão, em 1990, o Plano Collor I e em 1991 o Plano Collor II. Por razões que não cabem à presente discussão, todos falharam.

Durante o governo de Itamar Franco, em 27 de fevereiro de 1994 foi iniciado o Plano Real, elaborado por diversos economistas reunidos pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Entre outras coisas, o Plano instituiu a Unidade Real de Valor (URV), visando a estabilização dos preços, que aumentavam de maneira brusca do dia para a noite, literalmente. Bourrol e Ferreira (2014), dizem que “segundo o Procon, entre o anoitecer do dia 30 de junho e o clarear do dia 1º de julho, a alta dos preços chegou a 68,29%. Só o pão francês registrou um aumento de 15% em São Paulo”.

Os economistas definiram que o plano seria dividido em três fases. A primeira delas seria o ajuste das contas públicas, através de um corte no Orçamento. A segunda seria a implantação da Unidade Real de Valor (URV), unidade monetária para desindexar a economia. Por fim, a URV seria transformada

em real, a nova moeda brasileira. O Congresso, após intensa negociação, aprovou o plano e as fases seguiram como planejado. (BOURROUL; FERREIRA, 2014)

Diferente dos planos econômicos anteriores, o Plano Real não propunha o congelamento dos preços, erro comum a todas as outras tentativas de estabilização, o que, somado a outros fatores, fez com que “entre os 13 planos de estabilização tentados no Brasil desde a crise de 1979, fosse o melhor concebido”, segundo Luiz Carlos Bresser Pereira, (1994, p.129). Graças às medidas propostas por Fernando Henrique Cardoso, “foi possível neutralizar as defasagens nos aumentos de preços que caracterizam a inflação crônica ou inercial”. (1994, p.129).

O Plano Real teve sucesso por controlar a inflação usando conceitos econômicos de um mercado que funciona naturalmente; o congelamento de preços, por exemplo, era uma medida artificial que não refletia as práticas do mercado. (COLISTETE, 2014)

Após criar as condições propícias para a circulação de uma nova moeda no país, a URV terminou, dando espaço para o Real começar a ser veiculado no dia 1º de julho de 1994. Entretanto, um mês antes, o cenário econômico do Brasil já se mostrava estável, o que indicava o sucesso do plano implantado.

A queda da inflação de 46,60% em junho para 3,34% em agosto e a manutenção desta abaixo desse valor nos meses seguintes provocou um aumento imediato no poder aquisitivo da população de mais baixa renda, conduzindo uma explosão dos níveis de consumo que resultou em um crescimento de 5,4% no PIB de 1994” (IPOLITO, 2010, p.5)

IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Desde a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, muito já se falava sobre um impeachment. Novamente, o Brasil configurava um cenário bipolar e metade da população mostrava grande revolta em relação à continuidade do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder. Dilma venceu as eleições no segundo turno, com apenas 3% a mais dos votos que seu adversário Aécio Neves (PSDB). De 2015 a 2016, uma onda de protestos fervorosos pedindo o afastamento da presidente do poder se espalhou pelo país. O processo de impeachment contra Dilma foi aberto pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no dia 2 de dezembro do ano seguinte. A justificativa aceita pelo deputado foi a denúncia de um crime de responsabilidade cometido que ela, supostamente, cometera.

No Brasil, segundo ao artigo 85 da Constituição de 1988, o presidente pode ser cassado por indícios de cometimento de crime de responsabilidade, ou seja, ações ilícitas cometidas por um agente político. Estas estão especificadas no artigo 4º da Constituição Federal:

Art. 4o: São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra:

I - A existência da União:

II - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;

III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais:

IV - A segurança interna do país:

V - A probidade na administração;

VI - A lei orçamentária;

VII - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;

VIII - O cumprimento das decisões judiciárias” (BRASIL, 1988).

As acusações feitas à Dilma eram duas: desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa, além de suspeitas de envolvimento da petista em esquemas de corrupção na Petrobras. Contudo, alguns juristas contestavam as denúncias, afirmando que as chamadas "pedaladas fiscais" não caracterizaram improbidade administrativa e que não existia qualquer prova de envolvimento da presidente em crime doloso que pudesse justificar o impeachment. Como resultado, no dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff teve seu mandato cassado em uma votação no Senado. Michel Temer, que já havia se tornado presidente interino do Brasil no dia 12 de maio do mesmo ano, assumiu a presidência do país no mesmo dia.

ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO

Em 2018, Jair Bolsonaro chega à Presidência da República impulsionado por uma forte campanha feita pelas redes sociais e pelo ódio ao governo petista, que ocupou o cargo de 2003, com a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva até o segundo semestre de 2016, com a cassação do mandato de Dilma Rousseff. Com o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, o candidato do Partido Social Liberal (PSL), derrotou Fernando Haddad (PT) no segundo turno, com 55% dos votos válidos. Desde 2014, com a reeleição de Dilma Rousseff já se observava no Brasil um crescimento da direita do país.

O Congresso eleito em 2014 nunca foi tão conservador e isso pode ser expresso nas votações da Bancada da Bala e dos Evangélicos. No último pleito, de acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), houve aumento de 25% no número de ex-policiais eleitos como deputados estaduais ou federais. O Diap mostra um aumento, na nova composição do Congresso Nacional, no número de parlamentares ligados a segmentos mais conservadores – entre eles, militares, policiais, religiosos e ruralistas” (CIOCCARI;PERSICHETTI, 2018, p.2)

São essas vozes que Bolsonaro representa. Em seu Plano de Governo, intitulado “O Caminho da Prosperidade” ou “Projeto Fênix” o Partido Social Liberal (2018, p.2) afirma que fará um governo “decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá dá cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros”.

Faremos os ajustes necessários para garantir crescimento com inflação baixa e geração de empregos. Enfrentaremos os grupos de interesses escusos que quase destruíram o país. Após 30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia, faremos uma aliança da ordem com o progresso: um governo Liberal Democrata. Segurança, Saúde e Educação são nossas prioridades. Tolerância ZERO com o crime, com a corrupção e com os privilégios. (PARTIDO SOCIAL LIBERAL, 2018, p.10)

Em relação à economia, Bolsonaro se alinha com as ideias do liberalismo, e defende que essa é a solução para fazer com que o país cresça, gerar empregos e controlar a inflação.

As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção. O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades. Corruptos e populistas nos legaram um déficit primário elevado, uma situação fiscal explosiva, com baixo crescimento e elevado desemprego. Precisamos atingir um superávit primário já em 2020. Nossa estratégia será adotar as mesmas ações que funcionam nos países com crescimento, emprego, baixa inflação, renda para os trabalhadores e oportunidades para todos. (PARTIDO SOCIAL LIBERAL, 2018, p.13)

No plano, o Partido Social Liberal (2018, p.30) propôs redução de ministérios, alegando que um número elevado dos mesmos gera ineficiência, o combate à corrupção, a manutenção de detentos nas cadeias, afirmando que “prender e deixar na cadeia salva vidas”, uma educação onde as instâncias Federal, estadual e municipal trabalhem de forma integrada e baseada na ciência e na tecnologia.

ANÁLISE DOS PROGRAMAS

29/9/1992 - Aprovação do pedido de impeachment do Collor pela câmara dos deputados

No programa do dia 28 de fevereiro de 1992, as principais manchetes do dia foram:

- 1) a aprovação do pedido de impeachment do então presidente Fernando Collor na Câmara dos Deputados,
- 2) a prorrogação do prazo para o cadastramento dos imóveis rurais,
- 3) a isenção do Imposto de Renda aos trabalhadores que ganhavam até 3.8 milhões de cruzeiros
- 4) o anúncio de que dali a alguns instantes Collor faria um pronunciamento.

Entretanto, outros assuntos relativos à moeda e à economia nacional também ganharam bastante tempo durante o programa. Foram abordados temas como

- a) o modelo das cédulas de 500 mil cruzeiros,
- b) a saída das notas de 50 e 100 cruzeiros de circulação,
- c) o novo design das cédulas,
- d) o Imposto de Renda e
- e) o reajuste do salário mínimo (que havia sido fechado em 124% e na época, era corrigido de 4 em 4 meses).

Os locutores apresentam o programa de maneira calma, séria e contida. Ao contrário do que aconteceu na edição do dia 28 de fevereiro de 1994, que cobriu a publicação do Plano Real. Em relação a outras edições do programa, esta é mais curta, mas tem mais matérias. Isso pode ter sido um método para estimular a curiosidade do ouvinte e assim garantir que ele continuaria sintonizado, ou como uma forma de distraí-lo do tema central.

Apesar de a aprovação do pedido de impedimento ter ganhado oito matérias no programa, quase todas elas foram curtas (menos de 30 segundos), com exceção dos momentos em que repórteres participaram ao vivo. Além disso, estão divididas em dois blocos, com quatro matérias em cada – um que chamarei de “Bloco A”, que aparece no início do programa e outro, o “Bloco B”, que encerra a parte do Executivo na programação.

A primeira tentativa de abordar o impeachment acontece no primeiro minuto do programa, mas durou apenas 16 segundos porque foi interrompida por problemas técnicos. O Bloco A começa na marca de 4’39”, e vai até 8’35”. Depois disso, o tema só é abordado novamente no Bloco B, que vai dos 26’52” aos 30’08”. Entre a primeira tentativa e o Bloco A, rodaram sete matérias. Entre o Bloco A e o Bloco B foram 18, e com a exceção de uma entrada ao vivo de um repórter que falou sobre os jornalistas que se amontoavam na frente da casa de Itamar Franco, o então vice-presidente, nada relacionado ao assunto foi dito.

Algo curioso a ser comentado é que em nenhum momento há explicações sobre o que é um pedido de afastamento, como ele deve funcionar segundo a Constituição, quais serão as consequências da aprovação do mesmo no Congresso e nem sobre o porquê de esse cenário político ter se dado no Brasil. Tendo em vista de que o impeachment de Collor foi o primeiro da história brasileira, era de se esperar que, pelo menos no início do programa os apresentadores contextualizassem o público sobre o assunto.

É muito provável que matérias mais didáticas tenham circulado pelo país anterior e posteriormente, mas sendo este um programa de alcance nacional e considerando o rádio como uma das maiores e mais inclusivas formas de comunicação (por conta do preço do aparelho na época e pelo fato de que não é necessário ser alfabetizado para ouvir as

informações disseminadas pelo aparelho), além da importância do momento, seria interessante revelar as circunstâncias ao público para facilitar a compreensão dos fatos, mas isso não foi feito em momento algum.

Além da ausência do contexto, também há a ausência de perspectivas. No momento em que o programa foi ao ar, a Câmara dos Deputados já tinha votado a favor do impeachment, mas em nenhuma das oito matérias há uma explicação sobre o que isso significa na prática. Algo que também não é coerente com o intuito de “A Voz do Brasil”, que, teoricamente, se encarrega de levar ao povo as notícias de Brasília, é a linguagem empregada. O vocabulário utilizado, apesar de sempre ser bastante formal ou específico do universo político, nunca vem seguido de explicações. Não parece que há uma preocupação com o que, ou se, a grande massa irá entender o que está sendo noticiado.

Ao contrário do que ocorreu na cobertura do impeachment de Dilma Rousseff, e indo na contramão da estrutura adotada em todas as matérias do programa, nenhum especialista foi consultado. Sobre o pedido de afastamento, há apenas repórteres falando sobre o que estava acontecendo no momento, mas nenhuma opinião, a favor ou contra, foi mostrada. Ao comparar esta edição do programa com a edição que cobriu a publicação do Plano Real, que será analisada a seguir, há um grande contraste: enquanto naquela há uma abundância de opinião de especialistas da área, nesta ninguém é consultado.

28/2/1994: Publicação da medida provisória que criou a Unidade Real de Valor no Diário Oficial

No programa do dia 28 de fevereiro de 1994, as principais manchetes foram:

- 1) a publicação do novo plano econômico para derrubar a inflação;
- 2) a reação da bolsa e dos empresários ao plano;
- 3) a entrevista com o ministro da fazenda sobre o mesmo;
- 4) a previsão do IPEA sobre o crescimento industrial durante primeiro semestre de 94.

Além disso, temas como

- a) a oferta de emprego (que em 1993 havia apresentado queda de 1,7%)
- b) o aumento do salário mínimo em 6%
- c) o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e sua nova cartilha
- d) explicações sobre as principais mudanças com a aprovação da Unidade Real de Valor (URV) também foram explorados durante o programa.

No que diz respeito à locução dos apresentadores, é possível notar certo entusiasmo na voz dos mesmos. Contrariando o ritmo cadenciado observado em outras edições de “A

Voz do Brasil”, nesta edição os locutores falam mais rápido e mais alto, tornando a apresentação mais agradável.

Já sobre as manchetes selecionadas como principais, apesar de a publicação do plano econômico e a aprovação da URV merecerem, de fato, bastante tempo no programa, praticamente todos os assuntos anunciados como destaque tem a ver com isso. Mesmo que, à primeira vista, as manchetes pareçam imparciais e apenas um retrato da realidade, ao analisar o programa percebe-se que há sim uma exaltação do lado positivo do plano. Isso fica visível ao considerarmos que, das quatro notícias em questão, a 1 é sobre a publicação do plano em si, a 2 e a 3 tratam sobre a repercussão positiva do fato e apesar de a 4 não estar diretamente relacionada com as novas medidas econômicas aprovadas pelo governo, é uma notícia positiva sobre a economia do país. Sendo esta citada por último e estando ela dentro do mesmo âmbito que o fato principal (economia brasileira), fica fácil associar a mesma ao plano do governo, mesmo que não tratem do mesmo tema.

Também sobre conteúdo abordado na edição, ao mesmo tempo que é injusto alegar que o programa não apresentou os lados negativos causados pelo plano, é cabível afirmar que o conceito de *fairness* não foi aplicado. Isso significa que apesar de o programa mostrar os lados positivo e negativo da aprovação da medida, o lado positivo ganhou muito mais tempo e foi amplamente discutido, ao contrário dos aspectos negativos do Plano. Enquanto as consequências negativas geradas pelo plano são citadas e exploradas em menos de dois minutos durante toda a edição (de 1:58 até 3:06 e de 6:03 até 6:21) em duas reportagens, os aspectos positivos foram mencionados em sete das 17 matérias que compuseram o programa. Além disso, há matérias dedicadas somente à exaltação dos lados bons trazidos pelas novas medidas e o entusiasmo de figuras importantes e autoridades em relação às mesmas. Deste tipo, são cinco:

07:18 - 07:46 - O economista criador do Plano Cruzado elogia o plano de Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC.

No trecho o fato principal é a opinião do economista Francisco Lopes, um dos criadores do Plano Cruzado, sobre o plano de FHC. Não há entrevista com ele, os apresentadores apenas citam o que ele falou sobre o Real. Ele afirma que o plano em questão é o mais original de todos já lançados até então para conter a inflação, pois tenta reconstruir a economia com uma nova moeda. Nenhum lado negativo foi pontuado, apenas foi citado que o primeiro desafio do plano deve ser a entrada em vigor do real, que deve ser instituído como uma moeda forte.

09:19 - 10:18 - Empresários gaúchos apoiaram o novo Plano Econômico

O destaque durante esse trecho é a opinião de cargos importantes relacionados à indústria gaúcha. Aqui, são citados o presidente da federação das indústrias do Rio Grande do Sul, o presidente das federações das associações comerciais do Rio Grande do Sul, e o presidente da associação gaúcha de supermercado, todos entusiastas das novas medidas econômicas. Enquanto um destaca o alívio dos industriais por conta da ausência surpresas, o que não aconteceu nos planos anteriores, outro enfatiza que a metodologia de cálculo utilizada na URV tranquiliza o setor de exportações. Já o terceiro deixa claro que, para a estabilização da economia, será necessária a implantação da nova moeda. Algo curioso a ser citado é o fato de nenhum órgão gaúcho de Santa Catarina ou do Paraná terem sido consultados.

10:19 - 11:24 - Entrevista com o Presidente da Federação dos bancos, que está otimista com o plano.

Nesta reportagem, o foco é a entrevista do presidente da federação dos bancos. Apesar de em nenhum momento de seu depoimento ele afirmar explicitamente que está otimista com a adoção da URV, esse é o enfoque sugerido pela manchete. É verdade que ele parece despreocupado, mas não entusiasmado como a chamada insinua. Durante a entrevista, ele apenas observou que o sistema financeiro operava com tranquilidade com cruzeiros reais, apesar de estar fora das novas regras. Ele também afirma que a estabilidade viria através do ajuste de preços com base no novo indexador. “Vamos aguardar para que a sociedade reaja. É importante que se busque a estabilidade de preços, e, depois, com a adoção de um novo padrão monetário eu tenho a impressão de que a sociedade brasileira passe a conviver com um padrão monetário novo. Isso há de virar estabilidade”, declara Alcides Tápias.

Entretanto, o fechamento da reportagem traz um contraponto. A repórter menciona que, ainda segundo à opinião do presidente da FEBRABAN, um aspecto considerado importante é o ajuste das contas públicas. Ele acredita que sem efetivo combate ao déficit público o país não alcançará a estabilidade pretendida. Apesar de ser uma informação importante, ela é apenas mencionada rapidamente: não há aprofundamento algum, muito menos trechos da entrevista com Alcides, e o trecho dura menos de 15 segundos.

11:25 - 12:43 - A bolsa do RJ fecha em alta / entrevista com o presidente da bolsa carioca.

O primeiro ponto a ser mencionado sobre esse trecho, é que é a terceira reportagem consecutiva ressaltando os pontos positivos do Plano Real. Por meio da entrevista com o presidente da bolsa do Rio de Janeiro, Carlos Albertos Reis, é feita uma associação entre o balanço positivo da bolsa com a implantação da URV. A repórter ainda destaca que, apesar

de a alta nos dias anteriores ter sido de 2%, no dia em questão, o número dobrou, chegando a 4%. O presidente destaca durante a entrevista, a importância de confiar na nova moeda para gerar resultados positivos. A reportagem é encerrada com a aposta de Carlos Alberto de que os juros bancários abaixariam, alcançando assim, níveis de primeiro mundo.

15:39 - 24:07 - O ministro da fazenda FHC disse que a URV objetiva o combate à miséria e o controle da inflação / entrevista com o mesmo explicando o plano.

Uma entrevista longa (cerca de 6 minutos) com Fernando Henrique, um dos idealizadores do Plano Real sobre as novas medidas econômicas. É um depoimento quase didático, bastante explicativo sobre as motivações e objetivos da implantação do Real. Um dos pontos mais explorados é a luta contra a miséria e contra a concentração de renda. Durante sua entrevista, FHC exalta Itamar Franco e elogia sua postura ativa em relação aos problemas que o país enfrentava. O Ministro da Fazenda também ressaltou pontos positivos das medidas econômicas anteriores.

13/12/15 – Aprovação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados

No programa do dia 13 de dezembro de 2015, foram anunciadas três manchetes principais. Os destaques do dia foram:

- 1) A reunião feita pelo governo para avaliar o pedido de impedimento contra a presidente Dilma Rousseff, onde já é adiantado que “juristas afirmam que não há justificativas legais para a suspensão do mandato”
- 2) a premiação de projetos de professores que colaboram para a educação básica do país,
- 3) o treinamento oferecido pelo Ministério da Defesa aos profissionais da saúde para qualificá-los na hora de agir e fazer atendimento médico em caso de enchentes e deslizamentos.

Além disso, assuntos como:

- a) medidas que foram discutidas em Brasília para aumentar a participação de afrodescendentes latino americanos em todos os âmbitos da sociedade,
- b) faculdades portuguesas que passaram a admitir alunos por meio das notas do ENEM,
- c) a integração de projetos voltados para pessoas com deficiência nas políticas públicas
- d) a dinâmica do transplante de órgãos no Brasil

também ganharam espaço no programa.

Antes de comentar a cobertura do processo de impeachment, é interessante destacar que nesta edição do programa, todos os assuntos abordados foram claramente relacionados à ação do Estado, sempre ressaltando os lados bons das políticas adotadas na época.

Nenhum aspecto ruim, falha ou defeito foi comentado. Muito pelo contrário: principalmente nas matérias C e D há uma grande exaltação das medidas propostas ou postas em execução pelo governo federal.

Durante a matéria C, alguns dados são apresentados e logo após há uma entrevista com uma paciente da fisioterapia do SUS que faz vários elogios ao Sistema. Além disso, depois da entrevista, o plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência “Viver Sem Limite”, criado durante o primeiro mandato de Dilma é citado como o programa que viabilizou o acesso dessas pessoas ao tratamento. Também é posta em jogo a aprovação do estatuto do deficiente, idealizado pelo Governo Federal.

Já a matéria D parece neutra e exclusivamente informativa em grande parte do tempo, até que, no final do áudio a repórter conecta o assunto ao governo. Nos segundos finais, é destacado que o governo renovou a parceria com empresas aéreas para agilizar o transporte dos órgãos, melhorando assim as chances de os pacientes terem um transplante bem-sucedido.

A cobertura do pedido de afastamento da presidente Dilma Rousseff contrasta muito com a cobertura da votação para o impeachment de Fernando Collor. Se na edição de 1992 as reportagens foram divididas em blocos e a abordagem do tema parecia quase neutra e insuficiente, em 2015 as coisas foram bem diferentes. O primeiro item comentado durante o programa em questão foi sobre a reunião feita para avaliar o pedido, já anunciando que para juristas não havia justificativas legais para dar continuidade ao processo.

Além disso, há uma sequência de matérias sobre o assunto que dura 10 minutos contínuos. Durante esse tempo, foram ouvidas autoridades como a própria Dilma, o Ministro-chefe da Casa Civil, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, um membro da comissão internacional de juristas vinculada a ONU, o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e um professor de direito constitucional. Todos esses defendendo que o afastamento da então presidente do Brasil não se sustentava juridicamente. O Ministro da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República ganhou cerca de 30 segundos no programa para se manifestar contra o pedido de impeachment, e também foi comunicado que todos os governos do nordeste haviam se posicionado contra o processo do impedimento contra Dilma. Tudo bem diferente do caso Collor, que inclusive foi citado por Marcelo Lavenère, o ex-presidente da OAB, para mostrar que as acusações contra Rousseff não eram sustentáveis. “No caso Collor as acusações se davam porque o irmão do presidente o acusava de receber dinheiro ilícito e abastecer sua conta com dinheiro de propina, entre outras coisas. Havia uma certa quantidade de ações ilícitas que estão previstas na constituição, como a falta de decoro. Já as de Dilma não tem nada disso”, afirmou na ocasião.

Como foi comentado no tópico analisando a edição de 1992, durante aquele programa não houve entrevista com nenhum especialista e nenhum pronunciamento do ex-presidente foi utilizado. Outra diferença entre as duas coberturas, é que no caso de Dilma, as consequências que viriam caso o pedido de afastamento fosse para frente foram expostas pelo professor de direito da PUC-SP Pedro Serrano: “o afastamento de Dilma traria consequências internacionais para o Brasil. O país pode ser expulso de entidades internacionais caso a democracia seja interrompida de forma golpista, como seria feito no caso de um impeachment”.

02/01/19 – A posse de Jair Bolsonaro

Durante esta edição do programa, nenhum outro tema, que não a renovação do governo, foi comentado. Entre os destaques do dia, estavam

- I. A posse de Jair Bolsonaro como presidente da República,
- II. as reuniões bilaterais do novo presidente,
- III. o aumento no salário mínimo,
- IV. a posse dos novos ministros.

Antes de analisar os pormenores, é interessante destacar que o programa tem um clima quase festivo graças à edição de som. Durante as entrevistas com aqueles que compareceram à posse do novo presidente, são introduzidos e enfatizados sons ambientes como o hino nacional cantado pelo povo e palavras de ordem que alguns eleitores cantavam gritavam a favor de Bolsonaro. Essa estrutura de mixagem de som não foi observada em outras edições do programa.

Outra escolha interessante feita pela produção foi a ordem das primeiras orações ditas pelos apresentadores, Gabriela Mendes e Nasi Brum. Para introduzir as promessas feitas por Jair Bolsonaro em seu discurso de posse é utilizada uma estrutura que se assemelha a um hipérbato, que segundo o Dicionário Michaelis de Língua Portuguesa é “qualquer inversão da ordem normal das palavras na oração ou da ordem das orações num período”.

O trecho em questão é o seguinte: “Um Brasil forte, confiante e ousado, com transformações na economia que permitam novas oportunidades para todos, estimulando a competição e a abertura para o comércio internacional. Com boas escolas, segurança, saúde, infraestrutura e saneamento básico. Compromissos assumidos pelo presidente Jair Bolsonaro ao tomar posse como presidente da República, em cerimônia no Congresso Nacional.”

Observa-se que essa construção passa a impressão de que a descrição feita é a da situação do país decorrente da eleição do novo chefe de Estado, e não de seus objetivos. Por conta da inversão da ordem natural da frase, pode-se entender que graças a Bolsonaro o Brasil já era um país forte e ousado, com boas políticas públicas e sem problemas estruturais,

quando na verdade, isso tudo se trata de uma projeção feita pelo presidente, e não de uma realidade. Caso o trecho tivesse sido iniciado por “Em uma cerimônia no Congresso Nacional, Jair Bolsonaro assumiu os seguintes compromissos ao tomar posse como presidente da República” essa confusão poderia ter sido evitada.

Como foi mencionado anteriormente, durante a cobertura da posse do presidente, alguns dos presentes foram entrevistados. Foram divulgadas 6 entrevistas. Dessas 6 pessoas, 3 vinham do Ceará, 1 de Alagoas, 1 de Minas Gerais e outra de Santa Catarina. Durante a mesma reportagem, a jornalista que cobria o evento enfatizou: “de longe era possível enxergar os cearenses com seus chapéus de cangaceiro, típicos do sertão nordestino”. O destaque para bolsonaristas nordestinos é curioso, já que o candidato do PT, Fernando Haddad, venceu nos 9 estados da região.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir, portanto, que apesar de “A Voz do Brasil” não ter um viés político fixo ou uma linha editorial definida, o programa se utiliza de maneiras sutis para se posicionar de maneira favorável ao governo da época em que vai ao ar, seja esse de esquerda ou de direita.

Seja por meio da omissão de informações, como aconteceu no programa sobre o impeachment de Fernando Collor em 1992, seja destacando diversas notícias positivas sobre um fato, como no programa sobre a aprovação da URV em 1994, enfatizando pontos negativos de determinado acontecimento, como na edição sobre a ex-presidente Dilma Rousseff ou até mesmo através da estrutura das frases, como aconteceu no programa referente à posse do presidente Jair Bolsonaro, o programa quase sempre pende para o lado do governo de sua época.

Apesar de cumprir seu papel de levar ao público notícias da política que não são divulgadas pela grande mídia, o programa “A Voz do Brasil” muitas vezes atrela seu conteúdo aos interesses do grupo que está no poder. Em algumas edições, o interesse político é priorizado, deixando o interesse público, que deveria ser o foco de qualquer veículo jornalístico, para trás.

Entretanto, esse tipo de conteúdo se encaixa bem à sua proposta de um programa estatal da rádio, mostrando e exaltando bastante aquilo que o governo desempenha bem e evitando que o lado ruim desse desempenho ganhe muita força ou espaço no noticiário.

4. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Lia Calabre de. A participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960). Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a->

j/FCRB_LiaCalabre_Participacao_radio_cotidiano_sociedade_brasileira.pdf> Acesso em: 17 Mar. 2018.

AZEVEDO, Lia Calabre de. No tempo do rádio: Radiodifusão e Cotidiano no Brasil. 1923 - 1960. 2002. 277 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. Cap. 1. Disponível em: <[http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/643/1/Calabre, L. - O rádio no Brasil.pdf](http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/643/1/Calabre_L.-O_radio_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BOSCHI, RENATO; DINIZ, ELI. Estado e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/35575907/Estado_and_Sociedade_no_Brasil_a_obra_de_Renato_Boschi_e_Eli_Diniz.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

BOURROUL, Marcela; FERREIRA, Michelle. 20 anos do Plano Real. São Paulo, 27 fev. 2014. Disponível em: <<http://20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil: [s. n.], 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_85_.asp>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. Revista Alterjor, v. 18, n. 2, p. 201-214, 6 jul. 2018.

COLISTETE, Renato. Real faz 20 anos; antes dele, preço do tomate subiu 4.500% em 12 meses. Uol: 28 jun. 2014. Entrevista concedida a Letícia Marçal. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/28/real-faz-20-anos-antes-dele-preco-do-tomate-subiu-4500-em-12-meses.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Rádios. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/veiculos-da-ebc/2012/09/radios#R%C3%A1dio%201>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

GLOBAL RATES. Números de inflação de 1993. [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <https://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/1993.aspx>. Acesso em: 2 ago. 2019.

HIPÉRBATO. In: MICHAELIS. Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/hip%C3%A9rbato/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

IPOLITO, Danilo Bueno. A história do Plano Real. [S. l.], 20 mar. 2010. Disponível em: <<https://danilobueno.files.wordpress.com/2010/03/historia-do-plano-real-danilo-bueno.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

KOWALSKI, Camila; SANTOS, Nina. A Mídia nas Eleições de 1989. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Caxias do Sul, p. 1-15, 2 set. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2010/resumos/R5-1601-1.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LUZ, Thaíze Ferreira da. A influência da mídia na queda de um Presidente. BIBLOS, [S.l.], v. 16, p. 45-53, dez. 2007. ISSN 2236-7594. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/410>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). Revista UFG, Goiânia, p. 99-107, 7 dez. 2011. Disponível em: https://www.proec.ufg.br/up/694/o/11_artigos_o_governo.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

MATOS, Lidiane Leite de. Voz do Brasil: Do Estado Novo ao século XXI. 2001. 112 f. Monografia (Especialização) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2001. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/LMatos.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL. Projeto Fênix. [S. l.], 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A economia e a política do Plano Real. Revista de economia política, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 129-147, out/dez 1994.

REDE NACIONAL DE RÁDIO. Quem Somos. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/rede>> Acesso em: 30 jul. 2019.

Contatos: antoniablmartins@gmail.com e andre.santoro@mackenzie.br